

Sistema Elétrico 2011

Assembléia confirma greve de 48 horas e decide intensificar mobilizações

Mais que aprovar o indicativo do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) de paralisação de 48 horas nos dias 6 e 7 de junho, a Assembléia realizada no Auditório do Sintergia na noite de 31 de maio mostrou a disposição dos trabalhadores para intensificar as mobilizações até arrancar da representação da holding um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) à altura da expectativa da categoria.

A Assembléia deixou claro que os trabalhadores não aceitam as argumentações neoliberais de que aumentos de salários causam inflação e criticou a utilização política das empresas, com a criação de cargos fictícios e gestão temerária ao longo dos anos.

O documento emitido pela holding em tom ameaçador também recebeu diversas críticas e foi considerado um indicativo de que o atual Governo resgatou para diversos cargos da empresa, pessoas ligadas ao Governo FHC e que já tentaram em passado nem tão remoto arrochar os salários e implantar um clima de terror.

O entendimento dos participantes da Assembléia é de que este Governo deve ter o perfil de quem o elegeu e não adote políticas contrárias àqueles que acreditaram numa Nova Eletrobras comprometida com os interesses da sociedade brasileira de desenvolvimento e valorização da classe trabalhadora.

Diante deste quadro, soa contraditório que sejam resgatadas para o DEST pessoas que lá atuaram no período FHC e que tinham como principal objetivo a privatização das empresas do Setor Elétrico.

Estima-se que hoje o custo com pessoal seja em média de 6% do total de gastos das empresas, jogando por terra qualquer argumentação de que os salários sejam fator preponderante para o aumento da inflação.

É estranho que pessoas ligadas à Cemig (estatal que adota um modelo de gestão privado) estejam assumindo cargos de importância dentro das empresas.

O primeiro indicativo do que isto significa, é o documento emitido pela empresa, num tom que destoa do clima das negociações ocorridas nos últimos anos.

Quanto à PLR, a decisão da Assembléia é que se deve exigir da holding o cumprimento do que foi acordado à mesa de negociação (que garantia o pagamento independentemente da negociação do ACT).

De maneira nenhuma, os participantes da Assembléia aceitam que o pagamento da PLR seja atrelado ao fechamento do ACT.

Ao final da Assembléia, ficou decidido que no dia 6 de junho, às 9h30min, os trabalhadores de todas as empresas (Cepel, Eletrobras, Ele-tronuclear e Furnas) devem se reunir à porta do edifício-sede da Eletrobras (esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco) num ato de protesto contra a maneira como a negociação do ACT está sendo conduzida pela holding.

O entendimento da Assembléia é o de que não basta parar. É preciso mostrar a nossa indignação.

LEMBRETE: Peguem seus documentos e contas nas gavetas porque na segunda é greve!

Sem luta não há conquistas!

Os patrões e a mídia querem impedir aumentos salariais e estão usando a inflação como desculpa

As análises conservadoras realizadas pelo mercado financeiro e divulgadas pelos meios de comunicação vêm destacando os salários e seus aumentos reais como vilões da inflação. Todas essas análises pretendem deter as possibilidades de a recente melhora na distribuição de renda continuar se dando pelo aumento da massa salarial.

Há pouco tempo, a obsessão dos conservadores se concentrava no aumento da taxa básica de juros como instrumento para deter a inflação. Com o recente relevo dado aos salários, a questão dos juros cede um pouco seu espaço, mas no fundo o caminho apontado por ambas as análises é igual. O controle da inflação deveria se dar, segundo essas visões, pelo aperto sobre os assalariados e trabalhadores como um todo, sem pedir sacrifícios principalmente para o setor financeiro.

Esse conceito de que a inflação deve ser combatida cortando-se as conquistas salariais pode ocorrer de forma sutil, como a manchete da Folha de S. Paulo do último domingo: “Inflação terá pico durante disputa salarial”. O texto em nenhum momento ousa pregar claramente que os aumentos salariais de 2011 precisam ser menores do que os do ano passado, porém insinua que “quanto maior for o sucesso das campanhas salariais, mais difícil será o esperado retorno dos índices de inflação aos patamares desejados a partir do fim deste ano”. Como se se tratasse de fenômeno natural, acima das vontades e das disputas políticas.

Outros podem ser mais explícitos, como o ex-ministro Mailson da Nóbrega em artigo publicado em abril na revista “Veja”. No final do texto, ele exorta o governo a “rever a política suicida de valorização do mínimo”. Em parágrafos anteriores do mesmo artigo, o ex-ministro especialista em inflação havia escrito que aumento real de salário deve vir acompanhado de aumentos de produtividade. Conclui-se, portanto, que ele não considera a defasagem do salário mínimo em relação aos grandes ganhos de produtividade observados no País desde a década de 1990, diferença que a atual política de valorização do salário mínimo só ajudou a amenizar. Há outras subjetividades no texto, mas aqui o que nos importa é a questão da inflação versus salário.

O que queremos dizer em primeiro lugar, para nos contrapor a esse ataque concentrado aos salários, é de que é um absurdo tentar esconder que há outros fatores que pressionam fortemente a inflação, mas que jamais são citados por essas análises conservadoras.

Lucro causa inflação. Distribuição de dividendos também pressiona a inflação. O fato de a estrutura tributária ser regressiva, punindo quem ganha menos, também causa inflação, pois os impostos incidem majoritariamente sobre o consumo e são repassados diretamente aos preços. A existência de setores oligopolizados, especialmente na indústria, faz com que a ausência de concorrência facilite o repasse para os preços de qualquer aumento nos custos. Os oligopólios também têm mais facilidade para aumentar margem de lucros. Não podemos esquecer também das tarifas públicas, muitas regidas por contratos indexados, que ajudam a ampliar os custos da produção e a pressionar a inflação.

Querer tratar da questão inflacionária, e principalmente combatê-la, sem considerar essas variáveis é falso e mal-intencionado.

Ainda assim, se considerarmos apenas a variável salário, podemos dizer com certeza que o debate que se dá neste momento através das análises conservadoras é absolutamente questionável. Segundo o Sistema de Contas Nacionais do IBGE, o consumo das famílias, em relação ao PIB, caiu entre 2009 e 2010, de 61,7% para 60,6%.

Esse dado sinaliza que o consumo das famílias tem permanecido estável em relação ao crescimento do PIB – e até caiu de 2009 para 2010. O alarde em torno de uma explosão do consumo e de uma inflação de demanda é, então, falso. O “excesso” salarial é uma ficção.

Já sobre o comparativo entre produtividade e aumento de salários, é importante lembrar que, a partir da década de 1990, quando tiveram início aumentos sucessivos de produtividade no Brasil, somente a partir de 2004 os salários apresentaram alguma trajetória de elevação. Portanto, a elevação salarial chegou com mais de 10 anos de atraso, deixando atrás de si um grande acumulado de aumento de produtividade.

Como resultado, no período de quase 20 anos entre 1989 e 2008, a produtividade da indústria aumentou 84%, enquanto no mesmo espaço de tempo a renda média dos salários caiu 37 pontos.

Outro argumento que usamos para refutar essa tentativa em curso de impedir aumentos reais de salários neste ano é, apesar de óbvio, normalmente “esquecido” pelos conservadores. Os aumentos de salário são sempre conquistados a partir da inflação acumulada nos 12 meses anteriores, ou seja, não são estipulados a partir de expectativa de índices futuros.